ISSN 1983-9979
prolíngua

POLÍTICA LINGUÍSTICA DE RECUPERAÇÃO DA LÍNGUA JURUNA: PRÁTICAS DE AQUISIÇÃO

LANGUAGE POLICY FOR THE RECOVERY OF THE JURUNA LANGUAGE: ACQUISITION PRACTICES*

POLÍTICA LINGUÍSTICA DE RECUPERAÇÃO JURUNA TA NHEENGA RESEWARA; PRÁTICAS DE AQUISIÇÃO.

Awara Juruna[1]
Nelivaldo Cardoso Santana[2]

RESUMO: Nos últimos anos muitas populações indígenas brasileiras formulam e implementam políticas de aquisição de suas línguas ancestrais, seja como primeira ou segunda língua, no contexto da Educação Escolar Indígena (doravante EEI). Neste artigo, tratamos das políticas de recuperação da língua do Povo Juruna, na Área Indígena "Boa Vista", na Volta Grande do Xingu, no município de Vitória do Xingu, estado do Pará. A abordagem teórico-metodológica usada nas análises das iniciativas de aquisição de língua é a Política Linguística, com ênfase na perspectiva interpretativa de práticas didático-pedagógicas. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, cujo método de análise funda-se na interpretação crítica dos dados de pesquisa, os quais foram obtidos a partir da prática docente da autora. Logo, pode-se afirmar que se trata de uma pesquisa-participante, pois os dados resultam da vivência da autora na escola da comunidade. Os resultados indicam que os juruna-estudantes, inicialmente, não realizavam qualquer palavra na língua originária, a partir das atividades de recuperação linguística realizadas na escola, nota-se autonomia na organização de eventos de fala; interesse em aprender o grafismo corporal ao mesmo tempo que aprendem a língua; e maior interesse da comunidade em participar de intercâmbio cultural-linguístico com os Yudjá, no Território Indígena do Xingu.

PALAVRAS-CHAVE: Recuperação Linguística. Aquisição. Língua Juruna.

ABSTRACT: In recent years, many Brazilian indigenous populations have formulated and implemented policies for the acquisition of their ancestral languages, either as a first or second language, within the context of Indigenous School Education (hereinafter EEI). This article addresses the language recovery policies of the Juruna people in the "Boa Vista" Indigenous Area, in the Volta Grande do Xingu region, in the municipality of Vitória do Xingu, state of Pará. The theoretical-methodological approach used in the analysis of language acquisition initiatives is Language Policy, with an emphasis on the interpretative perspective of didactic-pedagogical practices. This is a qualitative research study, whose method of analysis is based on the critical interpretation of research data, which were obtained from the author's teaching practice. Therefore, it can be stated that this is participatory research, since the data result from the author's experience in the community school. The results indicate that the Juruna students initially did not produce any words in their native language. However, after participating in language recovery activities at school, they showed autonomy in organizing speech events; an interest in learning body language while learning the language; and a greater interest from the community in participating in cultural and linguistic exchanges with the Yudjá people in the Xingu Indigenous Territory.

* Data de Submissão: 20.07.2026 – Data de Aceite: 10.10.2026 | DOI: 10.22478/ufpb.1983-9979.2026v21n1.78980
[1] Professora na Secretaria de Educação de Vitória do Xingu. Contato: palomajuruna@gmail.com ORCID: 009-007-6316-0131.

[2] Professor-Pesquisador na Faculdade de Letras, Campus Universitário de Altamira, na Universidade Federal do Pará. Coordenador do Laboratório de Políticas Linguísticas. Contato: neliosc@ufpa.br. DOI: 10.5281/zenodo.23347867. ORCID: 0000-0002-9039-4589.

KEYWORDS: Linguistic Recovery. Acquisition. Juruna Language.

1 Introdução

A presente pesquisa surge a partir da minha trajetória como professora indígena Juruna e participante no processo de recuperação da língua Juruna no Médio Xingu. A convivência com os desafios relacionados ao enfraquecimento do uso da língua e às ações de fortalecimento cultural desenvolvidas pelas comunidades despertou a necessidade de registrar, analisar e refletir sobre as experiências de recuperação linguística construídas pelo próprio povo Juruna. Mais do que uma investigação acadêmica, este trabalho constitui também um exercício de memória, pertencimento e compromisso com a continuidade dos conhecimentos ancestrais transmitidos pelas gerações anteriores.

Historicamente, o povo Juruna do Médio Xingu foi submetido a intensos processos de deslocamento territorial, contato forçado com a sociedade não indígena e imposição da língua portuguesa, fatores que contribuíram para a redução do uso da língua Juruna entre as novas gerações. Como consequência, a língua passou por um longo período de desuso, sendo gradualmente substituída pelo português em diversos espaços de convivência social e familiar. Apesar disso, elementos fundamentais da identidade Juruna permaneceram vivos por meio da oralidade, das narrativas tradicionais, dos cantos, das práticas culturais e da memória coletiva da comunidade.

Diante desse contexto, este artigo busca compreender de que maneira as ações de recuperação linguística desenvolvidas pelo povo Juruna do Médio Xingu têm contribuído para a aquisição da língua Juruna e para o fortalecimento da identidade cultural das novas gerações. Parte-se da compreensão de que a recuperação da língua não se restringe ao aprendizado de vocabulário ou estruturas gramaticais, mas envolve processos mais amplos de reafirmação étnica, valorização dos saberes tradicionais e fortalecimento dos vínculos comunitários.

A relevância deste estudo está na necessidade de ampliar as discussões sobre recuperação linguística, educação escolar indígena e políticas linguísticas voltadas aos povos originários, especialmente a partir das experiências protagonizadas pelas próprias comunidades indígenas. Além de documentar parte da trajetória de recuperação da língua Juruna no Médio Xingu, o trabalho contribui para a valorização de iniciativas locais que têm buscado enfrentar os impactos históricos do apagamento linguístico e cultural por meio da escola, dos intercâmbios culturais, da produção de materiais didáticos e da participação ativa das lideranças e dos anciãos da comunidade.

A pesquisa fundamenta-se em estudos sobre políticas linguísticas, recuperação de línguas indígenas e educação escolar indígena, dialogando com autores como Cooper (1989), Calvet (2007), D'Angelis (2012), Franchetto (2013) e Chamorro (2015), além das contribuições de intelectuais indígenas, entre eles Daniel Munduruku (2002), Ailton Krenak (2019) e Davi Kopenawa (2015), cujas reflexões evidenciam a profunda relação entre língua, território, identidade e resistência.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, construída a partir de revisão bibliográfica, análise documental e relato de experiência pessoal. O estudo articula referências teóricas com as vivências da autora no processo de recuperação da língua Juruna, bem como com as práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto da educação escolar indígena no Médio Xingu.

Para alcançar os objetivos propostos, o artigo encontra-se organizado em diferentes seções. Inicialmente, apresenta aspectos históricos relacionados ao povo Juruna, abordando processos de territorialidade, identidade e resistência. Em seguida, discute os fundamentos

ISSN 1983-9979
prolíngua

teóricos das políticas linguísticas e da recuperação de línguas indígenas. Posteriormente, analisa as experiências de recuperação da língua Juruna desenvolvidas no Médio Xingu, destacando o papel das lideranças, da comunidade e da escola nesse percurso. Por fim, apresenta reflexões acerca dos desafios e das possibilidades que envolvem a continuidade do processo de recuperação linguística, compreendendo a língua Juruna como elemento fundamental para a preservação da memória coletiva, da autonomia cultural e da existência do povo Juruna enquanto sujeito histórico e político.

2 Os Juruna: origem, resistência e territorialidade no Xingu

Os registros históricos e as narrativas orais indicam que os Juruna/Yudjá[3] possuem uma antiga relação de pertencimento com o rio Xingu, não apenas para as atividades de pesca e navegação, mas de ancestralidade, de espiritualidade (Neto, 2008). Documentos coloniais, crônicas jesuíticas e relatos de viajantes dos séculos XVII e XVIII mencionam populações indígenas vivendo ao longo do rio Xingu, entre elas os Juruna, considerados uma das primeiras populações a ocuparem a região acima da Fortaleza de Gurupá na confluência com o rio Amazonas (idem). As chamadas "missões do Xingu", realizadas por padres jesuítas e franciscanos, marcaram o início de intensos processos de contato entre os povos indígenas da região e os colonizadores europeus, inserindo os Juruna em contextos de trabalho forçado, catequização e reorganização territorial compulsória, para criação das áreas de redução, chamada também de "missões".

Além dos registros escritos, a origem do povo Juruna/Yudjá é explicada por meio das narrativas transmitidas oralmente entre as gerações juruna. Segundo essas narrativas, os primeiros Juruna vieram da região do rio Amazonas e migraram em direção ao rio Xingu guiados por Selã'ã (Deus), geralmente associada à criação e à condução do povo. As chamadas narrativas de origem não possuem apenas caráter simbólico, constituem também importantes referências históricas e cosmológicas para os Juruna.

> Para fazer Juruna, Cinaã (herói cultural dos Juruna), cortou pau no mato e depois soprou, virando gente. Isso foi lá muito embaixo do Xingu, lá onde tem um rio grande que caraíba (não indígena) chama de Amazonas. Tinha muita aldeia Juruna. Aí acabou terra, rio ficou cheio, mato sumiu, água foi subindo. Só ficou morro. Cinaã, então, levou os Juruna para o morro e deu comida para ele, pois comida tinha acabado. Mesmo assim, muitos morreram de fome, outros se perderam na mata. Só quem estava perto de Cinaã é que não morreu. Quando água acabou, Juruna desceu. Cinaã desceu primeiro, na frente, para ensinar o caminho até o rio Xingu. Vinham pelo mato. Juruna foi atrás. Cinaã já estava no Xingu, esperando Juruna, quando nasceu uma criança no grupo que vinha na frente. O "negócio de menino" foi deixado no chão. O grupo que vinha atrás estava com fome e, vendo o "negócio de menino", pensou que fosse tripa de bicho que o grupo da frente tinha matado. Aí assou e comeu. Quando os dois grupos chegaram ao rio Xingu, os que vinham atrás contaram aos da frente que haviam comido a tripa que eles tinham deixado no mato. Aí outro disse: -"Não, não era tripa não. Isso era negócio de menino". Então o grupo que tinha comido o "negócio de menino" ficou bravo e disse que não ia mais para o rio, que ia voltar. Foi aí que voltou muita gente para o mato. Virou índio bravo lá no mato mesmo; ficou morando no Amazonas. Outro ficou no Xingu (Oliveira, 1960, p. 15-16).

[3] Juruna e Yudjá são um povo só. No entanto, o grupo que habita aldeias no Território Indígena do Xingu – TIX usa a autodenominação "Yudjá", enquanto o grupo que habita a Volta Grande do Xingu se autodenomina "Juruna".

ISSN 1983-9979
prolíngua

Além dos registros históricos e documentais sobre a presença e origem do povo Juruna/Yudjá no Xingu, as narrativas orais contadas pelos próprios Yudjá assumem papel fundamental para a compreensão da origem, da memória, da ancestralidade, de si e do outro. Quando o grupo se separa entre aqueles que comeram "o negócio de menino" e os que não comeram, tem-se a divisão do grupo entre os que se reconhecem como Juruna e os que passam a ser vistos como "índios brabos". Transmitidas entre gerações, essas narrativas expressam modos próprios de interpretar o mundo, o território e a relação espiritual com os rios, com os animais e os ancestrais. De acordo com Yabawa Yudjá, pajé e uma das lideranças do povo Yudjá da aldeia Tuba-Tuba, no TIX, revela, em conversa informal, que a origem do povo Yudjá e como surgiu também a autodenominação.

> Segundo as narrativas orais transmitidas por Yabawa Yudjá, pajé da aldeia Tuba-Tuba, localizada no Território Indígena do Xingu (TIX), a origem da autodenominação está diretamente relacionada às narrativas ancestrais de origem do povo. De acordo com o pajé, em tempos antigos ainda não existia o rio Xingu, havendo apenas uma grande geleira onde permanecia preso um peixe chamado Yudjá. A narrativa relata que três irmãos, de etnia desconhecida, decidiram quebrar a geleira para libertar as águas nela aprisionadas. Durante esse processo, travaram uma intensa luta contra o peixe Yudjá, momento em que a irmã mais nova quase foi engolida. Após vencerem o confronto, as águas da geleira romperam-se, dando origem ao rio Xingu e à vida que dele emergiu. Diante desse acontecimento, Selã'ã compreendido pelo povo como criador espiritual permitiu que os descendentes daqueles irmãos passassem a carregar o nome Yudjá, originando, assim, a autodenominação e origem do povo. (Yudjá, 2024)

A narrativa revela aspectos centrais da cosmovisão Yudjá/Juruna acerca da espiritualidade, do território e da natureza que se fundem como parte central dos elementos da existência Juruna. A quebra da geleira e a liberação das águas simbolizam não apenas a superação de obstáculos, mas também processos de resistência, transformação e continuidade da vida coletiva. Para os Jurunas a relação entre eles e a água está nas narrativas históricas, nas práticas diárias da vida nas aldeias e nos espaços urbanos na cidade de Altamira-Pará. No caso dos Juruna que moram em contexto urbano, em Altamira, constroem suas moradias nas áreas baixas próximo aos igarapés.

A autodenominação "Yudjá", cujo significado é "donos do rio", expressa a profunda relação histórica, espiritual e territorial do povo com os rios e igarapés. Já a denominação "Juruna", de origem tupi-guarani, significa "boca preta" (denominação dada por outros indígenas que mantinham contato com os Juruna à época que ocupavam a confluência com o rio Amazonas), em referência aos grafismos corporais tradicionalmente utilizados ao redor da boca e do rosto. Atualmente, ambas as denominações coexistem e refletem processos históricos distintos de ocupação territorial, os grupos localizados no Território Indígena do Xingu (TIX), no estado do Mato Grosso, utilizam predominantemente a autodenominação Yudjá, enquanto os grupos do Médio Xingu, localizados na Volta Grande do Xingu, mantêm o uso da autodenominação Juruna.

Entretanto, conforme relatado pelas lideranças da aldeia Tuba-Tuba, no Alto Xingu, a escolha pela utilização da autodenominação Yudjá está diretamente relacionada à origem do povo e ao fortalecimento cultural, espiritual e identitário. Ou seja, trata-se de uma decisão de política linguística que visa assegurar a identidade coletiva. Segundo as lideranças, o uso da denominação Yudjá representa também a valorização e o respeito ao nome ancestral. Dessa forma, o uso da autodenominação constitui também um gesto de reafirmação identitária e continuidade cultural. Contudo, isso não significa o desconhecimento ou negação da denominação Juruna, reconhecida historicamente entre os diferentes grupos do povo. As duas

denominações coexistem e expressam trajetórias territoriais e históricas distintas, mantendo os vínculos de pertencimento, ancestralidade e identidade coletiva entre os Juruna/Yudjá do Alto e Médio Xingu.

A partir do século XIX, os processos de colonização culminaram em profundas transformações, provocando deslocamentos populacionais, conflitos e processos de aculturação. Nesse período, muitas populações indígenas foram submetidas a relações de exploração, trabalho forçado e violência praticadas por seringalistas e outros grupos de não indígenas da região amazônica. Para sobreviver aos impactos causados pelo avanço colonial, diversas famílias Juruna migraram para diferentes regiões do Xingu: uma parte do grupo foi para o interior das matas, outro desceu o rio para a confluência com o rio Amazonas e um terceiro grupo subiu o rio Xingu até a atual região do atual TIX, criado oficialmente em 1961.

Outro grupo Juruna permaneceu na região da Volta Grande do Xingu, formando posteriormente a aldeia Paquiçamba, atualmente reconhecida como Terra Indígena Paquiçamba, território onde atualmente instalaram seis aldeias, onde praticam extrativismo, pesca e fazem suas roças. Um terceiro grupo estabeleceu-se próximo à cidade de Altamira, na região atualmente conhecida como área indígena Boa Vista do Km 30, localizada no município de Vitória do Xingu, na região Oeste do estado do Pará. Apesar dos deslocamentos e das violências históricas sofridas, os Juruna/Yudjá mantiveram importantes elementos de sua identidade cultural. Registros históricos indicam que, por volta de 1813, a língua Juruna era amplamente falada entre os Jurunas e outros indígenas e ribeirinhos da região, fazendo com que muitas famílias mantivessem costumes da culinária, da pesca, de festas e rituais, com isso garantiram a permanência da língua.

As experiências de contato, miscigenação forçada e dispersão territorial não significaram o desaparecimento total da identidade do povo indígena Juruna/Yudjá. Conforme discutem autores como Ramos (1998), a identidade indígena não se apaga com o tempo, com os deslocamentos territoriais ou com as relações interétnicas. A língua permanece viva na memória coletiva, na oralidade, nos saberes tradicionais, na alimentação, nos grafismos, nas práticas culturais e nas palavras transmitidas entre gerações. Nesse sentido, a identidade indígena é compreendida como dinâmica, histórica e resistente. A manutenção das narrativas orais e dos conhecimentos tradicionais constitui importante estratégia de fortalecimento cultural e resistência política. Entre os Juruna/Yudjá, a transmissão oral das histórias de origem, dos mitos e das memórias ancestrais desempenha papel fundamental na preservação da ancestralidade e na reafirmação da identidade coletiva, especialmente diante dos processos históricos de apagamento cultural impostos aos povos indígenas.

3 Juruna do Médio Xingu: território e língua

Por volta da década de 1950, segundo Juruna (2020), Francisca Juruna, reconhecida como matriarca de uma das famílias Juruna da região do Médio Xingu, migrou da região do rio Iriri acompanhada de seus familiares para área próxima à cidade de Altamira, naquele período conhecido como colônia Boa Vista, rodovia Ernesto Accioly. Esse deslocamento ocorreu em busca de melhores condições de sobrevivência diante das dificuldades enfrentadas no território tradicional. Entretanto, a migração não deve ser compreendida apenas como um movimento territorial isolado, mas como parte de um processo histórico mais amplo de pressão colonial, intensificação do contato com a sociedade não indígena, perda territorial e ausência de políticas públicas voltadas à proteção dos povos originários. Os processos migratórios vivenciados pelo povo Juruna afetaram profundamente o uso da língua materna, especialmente entre os grupos localizados na região do Médio Xingu. Conforme registros históricos apresentados por Juruna

(2020), até o início do século XIX existiam falantes fluentes da língua Juruna entre os diferentes grupos do povo. Contudo, após os deslocamentos e divisões territoriais ocorridos ao longo do processo de colonização, os impactos linguísticos passaram a ocorrer de maneira desigual entre os grupos Juruna.

O grupo que migrou para o atual Território Indígena do Xingu (TIX), no Alto Xingu, conseguiu preservar de forma mais contínua o uso cotidiano e fluente da língua Juruna. Em contrapartida, os grupos que permaneceram no Médio Xingu passaram a vivenciar processos mais intensos de contato com a sociedade envolvente, sobretudo com falantes da língua portuguesa. Nesse contexto, a língua portuguesa, que inicialmente deveria ocupar um papel secundário nas relações interculturais, passou gradativamente a assumir a posição de primeira língua nas famílias Juruna da região.

Entre os anos de 1989 e 2000, o povo Juruna do Médio Xingu passou por um importante processo de organização interna voltado ao fortalecimento cultural, linguístico e identitário. Nesse período, diante da necessidade de reafirmação étnica e reconhecimento oficial enquanto povo indígena, foram realizados estudos e levantamentos com participação de antropólogos, pesquisadores e órgãos indigenistas, juntamente com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e as comunidades Juruna da região do Médio Xingu. Esses estudos buscavam registrar a presença histórica, os vínculos de parentesco, os aspectos culturais e a continuidade identitária do povo Juruna na região.

Foi nesse contexto que, entre os anos de 2001 e 2002, lideranças Juruna/Yudjá do Alto Xingu elaboraram uma carta de reconhecimento destinada aos Juruna do Médio Xingu, reafirmando os laços históricos, culturais e familiares entre os grupos descendentes das antigas migrações do povo Juruna. O documento reconhecia que os grupos estabelecidos, na região da Volta Grande do Xingu, AI Boa Vista e nas áreas próximas à cidade de Altamira, na região do Médio Xingu compartilham a mesma origem histórica e pertenciam ao mesmo povo.

Esse processo teve importante papel no reconhecimento identitário das comunidades Juruna do Médio Xingu, fortalecendo os vínculos de pertencimento e contribuindo também para a inclusão da denominação Juruna nos registros civis de nascimento das famílias da região. Dessa forma, a carta tornou-se um importante instrumento de reafirmação étnica, reorganização cultural e fortalecimento da identidade coletiva entre os Juruna do Alto e Médio Xingu.

Historicamente, a grande maioria dos Juruna deixou de registrar seus nomes tradicionais ou pertencimentos étnicos em razão da discriminação, das políticas assimilacionistas e das barreiras burocráticas impostas pelo Estado brasileiro. A ausência de identificação étnica nos documentos oficiais contribuiu para processos de invisibilização e apagamento das identidades indígenas no país. Nesse contexto, a inclusão da autodenominação indígena nos registros civis representa importante mecanismo de reconhecimento identitário e garantia de direitos.

Conforme destaca Carneiro da Cunha (2009), o Estado brasileiro historicamente desenvolveu mecanismos de homogeneização nacional que desconsideravam as especificidades étnicas e culturais dos povos originários. Nesse sentido, o reconhecimento oficial das identidades indígenas representa não apenas um direito administrativo, mas também uma forma de resistência política e recuperação da memória coletiva.

Importante avanço ocorreu com a Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 12/2024, referendada em 2025, que passou a garantir às pessoas indígenas o direito de incluir em seus registros civis nomes tradicionais, sobrenomes étnicos e referências às aldeias e territórios indígenas, mediante solicitação direta aos cartórios de registro civil. Tal medida representa importante instrumento de valorização identitária, fortalecimento cultural e reparação histórica.

Assim, a trajetória histórica do povo Juruna/Yudjá evidencia processos contínuos de resistência, reorganização territorial e afirmação identitária diante das múltiplas formas de

colonização, violência e exclusão impostas aos povos indígenas no Brasil. Ao preservar suas narrativas, sua relação espiritual com o rio Xingu, sua língua e seus modos próprios de existência, o povo Juruna/Yudjá reafirma a continuidade histórica de sua presença e de sua identidade enquanto povo originário.

Em 2011 ainda durante o período em que o povo Juruna se encontrava em processo de fortalecimento cultural e linguístico ocorreu o primeiro intercâmbio cultural entre os Juruna do Médio Xingu e os Juruna/Yudjá residentes no Território Indígena do Xingu (TIX), especificamente na aldeia Tuba-Tuba no Mato Grosso. O intercâmbio representou um marco importante no fortalecimento das relações históricas entre os diferentes grupos Juruna, possibilitando a retomada de vínculos culturais, linguísticos e familiares historicamente fragmentados pelos processos de migração e dispersão territorial.

A partir dessas articulações, o povo Juruna do Médio Xingu passou a fortalecer iniciativas voltadas à valorização da cultura, da memória ancestral e da recuperação da língua materna. Nesse percurso, a atuação da então liderança Cândida Juruna teve importância central, especialmente por manter viva a memória linguística e estimular o interesse das novas gerações pela retomada cultural. Essa perspectiva encontra respaldo na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), que asseguram aos povos indígenas o direito à educação específica, diferenciada, bilíngue e intercultural. Entretanto, embora tais garantias legais existam formalmente, sua efetivação nas escolas indígenas das comunidades Juruna do Médio Xingu ocorreu de maneira lenta e desigual. Durante muitos anos, os processos educativos foram conduzidos predominantemente por escolas não indígenas, organizadas a partir da língua portuguesa e de modelos pedagógicos externos às realidades culturais do povo Juruna. Como consequência, a língua Juruna permaneceu por longo período em situação de desuso no cotidiano.

4 Política linguística e recuperação de língua

Compreender os impactos do apagamento linguístico na comunidade Juruna permitiu reconhecer que a recuperação da língua não constitui apenas uma iniciativa individual ou familiar, mas uma necessidade coletiva, histórica e política. A perda da língua Juruna ocorreu como consequência direta de processos de colonização, da imposição da língua portuguesa e da ausência de políticas públicas voltadas à valorização e fortalecimento das línguas indígenas brasileiras.

Embora o campo da Política Linguística seja relativamente recente enquanto abordagem teórico-metodológica, tem despertado crescente interesse entre pesquisadores indígenas e não indígenas como estratégia teórico-metodológica para criação de políticas de recuperação e manutenção de línguas. Para as comunidades indígenas, tratar de política linguística significa também tratar de cultura, identidade, resistência e direito à diversidade linguística no Brasil. É necessário deixar claro, que as políticas de recuperação e manutenção de línguas indígenas aumentará o valor linguístico do Brasil perante o mundo, evidenciando que de fato o país não é monolíngue.

Os processos de recuperação e manutenção de línguas exigem, inicialmente, a compreensão da realidade sociolinguística das comunidades indígenas, considerando o contexto de uso da língua no cotidiano dos falantes. Bem como, a função que a língua ocupa dentro dos estabelecimentos de ensino escolar. De acordo com Calvet, apud Mackey (1976), a importância de uma língua está relacionada às funções que ela exerce nos diferentes espaços sociais, como educação, religião, cultura e relações comunitárias. Para Calvet (2007), as políticas linguísticas envolvem decisões tomadas em diferentes esferas mundial, nacional,

municipal, comunitária e familiar, que influenciam diretamente o uso e a valorização das línguas nas comunidades de fala.

No caso do povo Juruna do Médio Xingu, o processo de recuperação linguística desenvolve-se a partir da escola, e tem sido ampliado para o âmbito comunitário através de oficinas de língua, tendo como resultado as pessoas dando nomes em Juruna aos espaços coletivos na aldeia, nomeando documentos escolares que são enviados à Secretaria de Educação de Vitória do Xingu. A escola desempenha papel central na recuperação da língua Juruna, promovendo ações voltadas à aquisição linguística e ao fortalecimento cultural.

As políticas linguísticas permitem não apenas recuperar línguas em situação de desuso, mas também proteger línguas ameaçadas de desaparecimento ou historicamente discriminadas, como ocorre com muitas línguas indígenas no Brasil. Lembrando, que o processo histórico de formação da sociedade brasileira minorizou e apagou as línguas das comunidades indígenas. Entende-se, portanto, por política linguística, como o conjunto de decisões e ações voltadas à organização, fortalecimento e ampliação do uso social de uma língua em determinada comunidade de falantes. Segundo Cooper (1989), quando uma língua anteriormente em desuso passa a ser novamente utilizada, ainda que parcialmente, esse processo tende a favorecer sua aquisição e continuidade entre as novas gerações, se as ações são devidamente planejadas e executadas.

O autor destaca ainda que políticas linguísticas podem existir mesmo em contextos implícitos, ou seja, sem a institucionalização formal do Estado. É o exemplo dos Juruna no Médio Xingu que vem fazendo política de recuperação de língua desde o ano de 1989, através de roda de conversa entre os poucos membros das famílias ou dando nomes tradicionais aos filhos. Posteriormente, essas ações passaram também a assumir características de políticas linguísticas explícitas, organizadas coletivamente com o objetivo de retomar, fortalecer e reorganizar o uso da língua Juruna no contexto comunitário e escolar, processo também compreendido como *planificação linguística*.

Nessa perspectiva, Silva (2016) com base nas ideias de Cooper (1989) afirma que elaborar políticas linguísticas significa criar condições concretas para ampliar os usos sociais da língua, ainda segundo o autor, fazer política linguística ultrapassa a preservação simbólica da língua e envolve a implementação de estratégias efetivas de recuperação e fortalecimento linguístico. Entre essas estratégias destacam-se as políticas de aquisição linguística, compreendidas como ações voltadas à recuperação e retomada do uso de uma língua durante as aulas ou como objeto de aprendizagem escolar.

No contexto do povo Juruna do Médio Xingu, essas políticas têm se manifestado por meio da produção de materiais didáticos e paradidáticos, da realização de intercâmbios culturais com falantes fluentes da língua no Alto Xingu e do desenvolvimento de projetos educacionais voltados à aquisição da língua Juruna nas escolas indígenas.

Entretanto, para que essas ações se consolidem de forma efetiva, torna-se necessário o comprometimento tanto das instituições indígenas quanto do Estado, assegurando apoio, continuidade e valorização das iniciativas de fortalecimento linguístico. Isso porque a aquisição de uma língua não ocorre apenas em sala de aula, mas depende também de ambientes sociais em que a língua seja utilizada, ouvida e reconhecida como instrumento legítimo de comunicação, identidade e pertencimento cultural.

Assim, como defende Cooper (idem), políticas linguísticas eficazes devem promover não apenas o aprendizado da língua, mas sua reativação como meio vivo de expressão cultural. No contexto do povo Juruna, isso implica fortalecer a presença da língua nos espaços escolares, familiares, comunitários e cerimoniais, possibilitando que ela volte a ocupar papel central na vida coletiva.

ISSN 1983-9979
prolíngua

5 Língua Juruna: recuperação e práticas de aquisição de língua

As políticas linguísticas, que deveriam garantir a diversidade e a preservação das línguas originárias, historicamente contribuíram para o silenciamento das línguas indígenas no Brasil. Durante muito tempo, o Estado brasileiro promoveu uma ideia de integração nacional baseada no abandono das línguas, culturas e identidades indígenas, fortalecendo processos de apagamento linguístico e desvalorização dos saberes ancestrais.

Nesse contexto, a recuperação das línguas indígenas torna-se não apenas possível, mas urgente. Mais do que ensinar palavras e estruturas gramaticais, recuperar uma língua significa criar espaços para que ela volte a existir no cotidiano, nos cantos, nos rituais, nas narrativas, nas práticas culturais e na vida comunitária. A língua constitui território, memória e identidade; recuperá-la representa também um processo de resistência e reconexão com conhecimentos historicamente silenciados.

No caso do povo Juruna do Médio Xingu, o processo de recuperação linguística iniciou-se articulado à reafirmação identitária e às ações desenvolvidas por lideranças comunitárias, especialmente Cândida Juruna. Essas iniciativas podem ser compreendidas como formas de política linguística construída "do macro para o micro", a partir da comunidade, da oralidade, da memória coletiva e do fortalecimento cultural.

As ações de recuperação da língua Juruna ocorreram por meio de diferentes estratégias, considerando que os processos de revitalização linguística possuem maior alcance quando a comunidade é exposta a múltiplas experiências de uso da língua. Uma das primeiras iniciativas de recuperação da língua Juruna ocorreu entre os anos de 1989 e 2000, por meio das ações desenvolvidas por Cândida Juruna, importante liderança da Aldeia Boa Vista e referência no processo de fortalecimento cultural e identitário do povo Juruna no Médio Xingu. Considerada uma das últimas falantes parciais da língua na AI Boa Vista, Cândida desempenhou papel fundamental na reorganização interna das comunidades Juruna, promovendo ações voltadas não apenas à valorização da língua, mas também ao fortalecimento cultural do povo Juruna de forma geral no Médio Xingu.

A partir da memória, dos cantos tradicionais, das narrativas orais e dos conhecimentos ancestrais que ainda preservava, Cândida Juruna iniciou práticas de transmissão da língua através de cantos para as novas gerações, em um contexto marcado pelos impactos da aculturação e pelo enfraquecimento do uso cotidiano da língua Juruna. Suas ações constituíram uma das primeiras formas de política linguística comunitária voltada à recuperação e valorização da língua Juruna na região do Médio Xingu. Outro aspecto importante nesse processo foi a valorização da oralidade. Muitas palavras e conhecimentos da língua permanecem preservados na memória dos mais velhos, tornando a escuta um importante instrumento de aprendizagem. Atualmente, a comunidade realiza gravações de falas, cantos e relatos tradicionais, construindo gradativamente um acervo comunitário voltado ao fortalecimento da memória linguística e cultural.

Um marco importante nesse processo ocorreu no ano de 2011, quando Cândida Juruna e Sheila Juruna, lideranças Juruna da Área Indígena Boa Vista, no Médio Xingu, organizaram o primeiro intercâmbio cultural do povo Juruna com os Juruna/Yudjá do Alto Xingu, realizado na aldeia Tuba-tuba, localizada no Território Indígena do Xingu (TIX), no estado do Mato Grosso. O intercâmbio teve como principal objetivo fortalecer os vínculos culturais, identitários e linguísticos entre os grupos Juruna, possibilitando o contato direto com falantes fluentes da língua Juruna/Yudjá e com práticas tradicionais ainda preservadas no Alto Xingu.

Durante o intercâmbio, o povo Juruna do Médio Xingu teve acesso a cantos tradicionais, narrativas orais, grafismos, conhecimentos culturais e práticas linguísticas que contribuíram

significativamente para o fortalecimento da identidade coletiva e da memória cultural do povo Juruna. Esse momento representou também um importante marco no processo de recuperação da língua Juruna no Médio Xingu, pois foi a partir dessas vivências e trocas culturais que o processo de aquisição da língua passou a se consolidar de forma mais organizada dentro da comunidade.

Essas experiências demonstram que a política linguística também pode surgir a partir das próprias comunidades indígenas, respeitando formas próprias de ensinar, aprender e transmitir conhecimentos. Nesse sentido, a língua precisa ocupar os espaços da vida cotidiana, festas, rituais, brincadeiras, cantos e relações familiares para que permaneça viva e significativa. Atualmente, o processo de aquisição da língua Juruna ocorre em um contexto multilíngue, especialmente na Escola Francisca Juruna, na Aldeia Boa Vista, onde coexistem a língua Juruna, a língua portuguesa, Libras e a língua inglesa. Embora esse contexto amplie o contato linguístico dos estudantes, também apresenta desafios, principalmente porque a língua Juruna encontra-se em processo de recuperação, enquanto o português permanece como língua de maior prestígio social.

Segundo Skutnabb-Kangas (2000), a escola exerce papel fundamental no fortalecimento de línguas minoritárias, desde que existam políticas linguísticas comprometidas com o multilinguismo e a valorização das línguas indígenas. Entretanto, no contexto Juruna, o português ainda ocupa posição central, fazendo com que a aprendizagem da língua Juruna ocorra como segunda língua ou língua adicional.

Outro desafio enfrentado no início do processo de recuperação linguística foi a escassez de materiais pedagógicos específicos e a ausência de formação especializada para professores que atuam no ensino da língua Juruna. Essa realidade reforça o que Chamorro (2015) denomina "descontinuidade intergeracional da língua", situação comum em comunidades indígenas em processo de revitalização linguística.

Apesar dessas dificuldades, a Educação Escolar Indígena tem se constituído como importante espaço de resistência e fortalecimento cultural. Nesse contexto, foram desenvolvidas iniciativas pedagógicas voltadas à recuperação da língua Juruna, especialmente por meio do uso de cantos tradicionais, narrativas orais e textos bilíngues nas turmas da educação infantil e do ensino fundamental.

Os cantos tradicionais Juruna têm sido utilizados como importante ferramenta pedagógica para crianças e jovens, promovendo a aprendizagem linguística de forma afetiva e culturalmente significativa. Já o uso de textos em língua Juruna nas turmas do 6º ao 9º ano busca ampliar o vocabulário e fortalecer práticas de leitura e escrita em contexto bilíngue, valorizando os modos próprios de narrar e expressar do povo Juruna.

As metodologias utilizadas no processo de aquisição da língua foram sendo adaptadas conforme as necessidades dos estudantes. Entre os adolescentes, inicialmente houve resistência, vergonha e pouco interesse em utilizar a língua Juruna. Diante disso, passaram a ser trabalhados textos relacionados à história, cultura e identidade do povo Juruna como estratégia de fortalecimento do pertencimento étnico.

Com as crianças, entretanto, o processo ocorreu de forma mais receptiva e participativa. Atividades lúdicas, cantos, brincadeiras, narrativas e práticas de oralidade demonstraram resultados positivos no fortalecimento da aprendizagem. Conforme Kishimoto (2010), o brincar ocupa papel central nos processos educativos da infância, permitindo que a aprendizagem ocorra de forma afetiva, corporal e coletiva.

Ao longo desse percurso, o processo de ensino e aprendizagem da língua Juruna também provocou transformações na prática pedagógica desenvolvida na comunidade. A experiência demonstrou que a educação indígena, especialmente no campo da recuperação linguística,

diferencia-se das formas tradicionais de escolarização, pois se fundamenta na coletividade, na oralidade, na ancestralidade e na circularidade do conhecimento.

Em 2017, houve uma primeira tentativa de inserção da língua Juruna no contexto escolar da Área Indígena Boa Vista, no Médio Xingu. Nesse período, a língua passou a ser ensinada temporariamente por meio de um projeto pedagógico desenvolvido na comunidade. Entretanto, a iniciativa ocorreu apenas durante aproximadamente seis meses e ainda enfrentava limitações relacionadas à ausência de materiais didáticos, metodologias específicas e maior estrutura organizacional para o ensino da língua. Assim, o projeto acabou sendo interrompido naquele momento.

Apesar das garantias previstas na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), que asseguram aos povos indígenas o direito à utilização de suas línguas maternas e aos processos próprios de aprendizagem, o ensino da língua Juruna ainda enfrenta desafios para sua plena consolidação no contexto escolar. Atualmente, nas escolas indígenas Juruna do Médio Xingu, a língua ainda é desenvolvida principalmente por meio de projetos pedagógicos, embora já exista matriz curricular, planos de ensino e materiais específicos para a realidade sociolinguística da comunidade.

Recentemente, esse direito também passou a ser fortalecido em âmbito estadual, com a sanção da Lei Ordinária nº 11.455/2026, que institui a Política Estadual de Educação Escolar Indígena no Estado do Pará e cria o Subsistema Estadual de Educação Escolar Indígena. A legislação, sancionada pela governadora Hana Ghassan, reconhece a educação escolar indígena como modalidade específica, intercultural e multilíngue, reafirmando o direito dos povos indígenas à valorização de suas línguas, saberes e formas próprias de ensino e aprendizagem.

Somente no ano de 2023 o processo de ensino da língua Juruna passou a se consolidar através projeto, mas de forma mais organizada e contínua dentro da escola da comunidade.

> Conforme relatos da autora do artigo: Em 2023, ao receber o convite para atuar como professora da língua juruna, senti-me honrada em dar continuidade a um trabalho iniciado nos anos 2000. Desde então, enfrentei diversos desafios e compreendi, na prática, que não há um manual que ensine como recuperar uma língua indígena. O próprio processo de revitalização linguística é quem nos orienta sobre o que é ou não viável no processo de aquisição linguística.
>
> Para que eu pudesse adquirir a língua juruna, realizei quatro intercâmbios com os Juruna do Território Indígena do Xingu (TIX), no Mato Grosso, que são falantes fluentes da língua. Essas vivências foram fundamentais para o fortalecimento do meu conhecimento linguístico e para a elaboração de estratégias mais eficazes de aquisição. Nesse período, eu já havia iniciado também a produção de um material didático voltado especificamente à recuperação da língua juruna, elaborado com base em minhas vivências pedagógicas. No início do trabalho, eram poucas as palavras ainda faladas em juruna, o que, por vezes, me fez duvidar se estava seguindo o caminho certo.
>
> No entanto, ao observar a trajetória até aqui, é possível perceber avanços significativos. As crianças e adolescentes não apenas ampliaram seu domínio da língua, como também passaram a produzir seus próprios cantos em juruna um marco importante nesse processo de fortalecimento linguístico e cultural. Atualmente, em 2026 já temos alguns falantes parciais da língua juruna.

Durante esse período, estão sendo fomentadas ações voltadas à produção de materiais didáticos e paradidáticos, elaboração de metodologias próprias de aquisição linguística e desenvolvimento e produção de atividades pedagógicas fundamentadas na cultura, na oralidade e nos conhecimentos tradicionais do povo Juruna. Dessa maneira, o ensino da língua Juruna deixou de ocorrer apenas de forma pontual e passou a constituir um importante instrumento de

fortalecimento cultural, linguístico e identitário no contexto escolar e comunitário do Médio Xingu.

Mesmo diante das dificuldades relacionadas à predominância da língua portuguesa e à ausência de mais falantes plenamente fluentes na comunidade, o processo de recuperação linguística continua sendo fortalecido pelas iniciativas coletivas do povo Juruna do Médio Xingu. Dessa forma, a revitalização da língua Juruna ultrapassa o campo educacional e assume dimensão política, cultural e identitária, reafirmando o direito do povo Juruna à preservação de sua memória, de sua língua e de seus modos próprios de existência.

6 Considerações Finais

O processo de recuperação da língua Juruna no Médio Xingu demonstra que a recuperação linguística vai além do ensino de palavras e estruturas gramaticais. Trata-se de um movimento profundamente relacionado à memória coletiva, ao fortalecimento identitário e à reafirmação do direito de existir enquanto povo indígena. Ao longo deste trabalho, foi possível compreender que a perda do uso cotidiano da língua Juruna ocorreu em decorrência de processos históricos de colonização, deslocamentos territoriais, imposição da língua portuguesa e ausência de políticas públicas efetivas voltadas às especificidades linguísticas dos povos indígenas.

Entretanto, mesmo diante desse contexto, o povo Juruna do Médio Xingu manteve viva sua memória cultural por meio da oralidade, dos cantos, das narrativas tradicionais e das práticas coletivas de fortalecimento cultural. Nesse percurso, destacam-se as ações desenvolvidas pela liderança Cândida Juruna, da Área Indígena Boa Vista, que, entre os anos de 1989 e 2000, iniciou importantes movimentos internos de fortalecimento cultural e recuperação linguística a partir das lembranças e conhecimentos que ainda preservava da língua Juruna. Posteriormente, o intercâmbio cultural realizado em 2011, organizado por Cândida Juruna e Sheila Juruna, consolidou novas possibilidades de fortalecimento identitário e aproximação linguística entre os Juruna do Médio Xingu e os Yudjá do Alto Xingu.

A pesquisa também evidenciou que os processos de recuperação linguística necessitam ocorrer de forma coletiva, respeitando as especificidades culturais, sociais e históricas de cada comunidade. No contexto da comunidade Juruna da Boa Vista, a escola passou a ocupar papel central nesse processo, especialmente a partir de 2023, quando o ensino da língua Juruna começou a se consolidar de maneira mais organizada. Ainda assim, permanecem desafios importantes, como a escassez de materiais didáticos específicos, a necessidade de formação continuada de professores indígenas e a ampliação de políticas públicas que assegurem a permanência da língua no cotidiano escolar e comunitário.

Além disso, observou-se que a recuperação da língua não pode estar dissociada do fortalecimento identitário. O reconhecimento étnico, os intercâmbios culturais, a valorização das narrativas ancestrais e o fortalecimento dos vínculos comunitários foram elementos fundamentais para que a língua Juruna voltasse a ocupar espaços de uso e significado entre as novas gerações. Nesse sentido, recuperar a língua significa também recuperar modos próprios de pensar, sentir, narrar e compreender o mundo.

Por fim, conclui-se que a recuperação da língua Juruna constitui um processo contínuo de resistência cultural, política e afetiva. Mais do que uma prática pedagógica, trata-se de um compromisso coletivo com a ancestralidade, com a preservação dos conhecimentos tradicionais e com a continuidade histórica do povo Juruna no Médio Xingu. Dessa forma, fortalecer a língua Juruna é também fortalecer o território, a memória e a autonomia do povo Yudjá/Juruna diante dos processos históricos de apagamento linguístico e cultural.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CHAMORRO, Graciela. **Povos indígenas no Brasil**: língua, cultura e resistência. São Paulo: Nhanduti Editora, 2015.

CHAVES, Carlos Eduardo. Um frei entre o Xingu e o Araguaia: circulação de informação e civilização indígena no século XIX. In: SOUZA, Cesar M. de; CARDOZO, Alírio (Orgs.). **Histórias do Xingu**: fronteiras, espaços e territorialidades (séculos XVII-XIX). Belém: EDUFPA, 2008.

COOPER, Robert L. **Language Planning and Social Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Línguas indígenas e políticas linguísticas no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2012.

FRANCHETTO, Bruna. Políticas linguísticas e educação escolar indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; CESARINO, Pedro de Niemeyer (org.). **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

JURUNA, Maria Cândida. **Como vivíamos antes e como vivemos hoje**: histórias do povo Juruna do km 17. Editora Sustentável, 2020.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2010.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MACKEY, William Francis. **Bilinguisme et contact des langues**. Paris: Klincksieck, 1976.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro** (1970–1990). São Paulo: Paulinas, 2002.

NETO, José Maia B. De Porto de Moz a Ponte Seca: gente, espaço e tempo no Xingu oitocentista. In: SOUZA, Cesar M. de; CARDOZO, Alírio (Orgs.). **Histórias do Xingu**: fronteiras, espaços e territorialidades (séculos XVII-XIX). Belém: EDUFPA, 2008.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. **Os índios Jurúna do Alto Xingu**. Dédalo, São Paulo, ano 6, n. 11-12, p. 7-292, 1960/70.

PARÁ. Lei Ordinária nº 11.455, de 11 de maio de 2026. **Política Estadual de Educação Escolar Indígena do Estado do Pará**, institui o Subsistema Estadual de Educação Escolar Indígena (SSEI) e dá outras providências. Belém: Governo do Estado do Pará, 2026.

RAMOS, Alcida Rita. **Indigenism: ethnic politics in Brazil**. Madison: University of Wisconsin Press, 1998.

SANTANA, Nelivaldo C. **Política Linguística Indígena**: discurso, etnoterritório e novos usos linguísticos Xipái no Médio Xingu. 2026. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Educação. Campinas-SP, 2026.

SILVA, Elias Ribeiro. A pesquisa em Política Linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 52, n. 2, p. 289–320, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8645376. Acessado em 11 abril de 2026.

SKUTNABB-KANGAS, Tove. **Linguistic Genocide in Education or Worldwide Diversity and Human Rights**? Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

YUDJÁ, Yabawa. **Narrativa oral sobre a origem e a história do povo Yudjá**. Aldeia Tuba-Tuba, Território Indígena do Xingu, 2024. Informação oral.